



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 18/2017 – Processo Administrativo nº 2271/2016 – Contrato nº 030/2017

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, denominado Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo-SP – CEP 01331-000, neste ato representado por sua Presidente, Fabiola de Campos Braga Mattozinho.

CONTRATADA – ETIAGUE JEREMIAS FERREIRA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.344.404/0001-72, com sede na Rua Demétrio Ribeiro, 578 – Cidade Mãe do Céu - São Paulo-SP - CEP 03332-000, telefone (12) 3209-7953 / (12) 3209-8357 / (11) 2368-2318, e-mail paulo@dusaza.com.br, neste ato representada por seu Procurador, Sr. Paulo Sergio Zambroni, brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG nº 14.713.672 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 030.812.678-54, residente na Avenida Tubarão, 300 - Jardim Aquarius - São José dos Campos-SP - CEP 12246-140.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo referente à readequação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA do **Coren-SP Educação**, contemplando os estudos preliminares, projeto básico e executivo, acompanhamento e fiscalização da obra, elaboração de laudos, discriminando as instruções normativas pertinentes e demais legislações como o Código de Obras de São Paulo, legislação da SEGUR/PMSP e outras relacionadas ao referido objeto, conforme descrito no Edital e seus anexos, aos quais se vincula o presente Ajuste.

2. DO VALOR CONTRATUAL

2.1. Ficam ajustados os seguintes valores:

ITEM 2 – COREN-SP EDUCAÇÃO			
FASE	ETAPA / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	% DO TOTAL	PREÇO
I	A - ESTUDOS PRELIMINARES	8,02	R\$ 605,51
	B - RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO TÉCNICO	6,88	R\$ 519,44
	C - ANTEPROJETOS	13,16	R\$ 993,58
	D - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS	27,34	R\$ 2.064,17
II	E - ASSESSORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS	35,76	R\$ 2.699,88
	F - FORNECIMENTOS DOS LAUDOS DE CONFORMIDADE	8,84	R\$ 667,42
VALOR E PERCENTUAL TOTAL		100,00	R\$ 7.550,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.550,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta reais)			

2.2. Os valores acima estão em conformidade com a proposta apresentada pela Contratada na sessão da Licitação, vinculada ao presente Instrumento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com a prestação do objeto da contratação, tais como: mão de obra, uniformes, materiais, equipamentos, EPI's, laudos, projetos, , relatórios, tributos e todas as despesas diretas e indiretas.

2.4. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante o período de vigência do presente Contrato.

3. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

3.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

3.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

3.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

4. DA DESPESA

4.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas através do Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.026 – Serviços de Engenharia e Projetos.

5. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DA RESCISÃO

5.1. O presente contrato tem vigência de 10 (dez) meses, compreendendo o período de **03/07/2017 a 02/05/2018**, e poderá ser prorrogado excepcionalmente, conforme houver necessidade não somente por conta da contratada, mas pela demora do pronunciamento dos órgãos públicos envolvidos, nos termos da Lei 8.666/1993, Art. 57, parágrafo 1º, inc. V c.c. parágrafo 2º do mesmo dispositivo legal.

5.2. Caso haja prorrogação, conforme disposto na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2011, após o interregno de 12 (doze) meses a partir do início da vigência contratual, o preço dos insumos e materiais necessários à prestação dos serviços poderá ser reajustado com base na data de apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme variação do Índice Geral de Preços do Mercado, medido pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV, ou índice setorial, se houver, podendo o IGPM ser substituído por outro equivalente em caso de extinção.

5.2.1. Para o cálculo do primeiro reajuste será utilizada a variação do índice do período compreendido entre o mês da data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento;

5.2.2. Para os reajustes subsequentes será utilizada a variação do índice no período compreendido entre o mês da data de concessão do último reajuste do Contrato e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento.

5.3. Ocorrerá a preclusão do direito da Contratada ao reajuste caso não o pleiteie na ocasião da prorrogação contratual.

5.4. Em todos os casos de reajustamento será observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e as condições mais vantajosas para a Administração.

5.5. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

6.1. Sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será exigida assistência técnica pós obra durante um período mínimo de 12 meses, caso verifiquem-se falhas ou inconformidades, podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

6.1.1. A garantia não se exaure com o fim da vigência contratual, devendo ser observados os prazos fixados acima.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, conforme o disposto no art. 56 § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

7.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

7.1.2. Fiança bancária;

7.1.3. Seguro-garantia.

7.2. O prazo para prestação da garantia é de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

7.3. Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a Contratada apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do respectivo Termo de Aditamento ou do Apostilamento.

7.4. A Garantia Contratual prestada assegura o pleno cumprimento, pela Contratada, das obrigações contraidas através do Instrumento Editalício e do presente Ajuste, como segue:

7.4.1. Ressarcir o Coren-SP de quaisquer prejuízos decorrentes de eventual rescisão unilateral;

7.4.2. Cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais;

7.4.3. Cobrir perdas e danos causados ao Coren-SP;

7.4.4. Ressarcir valores pertinentes à condenação pela Justiça do Trabalho, por responsabilidade solidária como segunda reclamada e/ou cobrir valores de depósitos judiciais.

7.5. Ressalvados os casos previstos no subitem anterior, a Garantia Contratual será liberada em até 60 (sessenta) dias após a data de encerramento do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais, nos termos da alínea k, inc. XIX, art. 19 da IN nº 02/2008, compilada pela IN nº 06/2013.

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1. Após assinatura do presente Ajuste e, **quando convocado**, apresentar ao Fiscal ou Gestor do Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, como condição para início dos trabalhos:

8.1.1. Indicação do(s) profissional(is) responsável(is) pela supervisão da execução contratual e os respectivos comprovantes de vínculo com a Contratada.

8.1.1.1. A comprovação de vínculo será necessária caso não conste o nome do responsável



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

no Contrato Social ou no Registro da Empresa no CREA-SP; e se dará por meio do registro em CTPS ou contrato de prestação de serviços firmado entre o responsável e a Contratada.

8.1.2. Registro da empresa e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo – CREA-SP em sua plena validade, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Serviço, emitida pelo CREA-SP, em nome do Responsável Técnico e da empresa contratada, específica para a execução contratual em questão, na especialidade de engenharia elétrica;

8.1.3. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil da empresa, em plena vigência, na qual conste cobertura para prestação dos serviços relacionados ao objeto desta contratação.

8.1.3.1. Deverá ser mantida apólice vigente durante todo o período contratual.

8.2. Apresentar, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a entrega de cada **ETAPA** do objeto, a seguinte documentação:

8.2.1. Nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição detalhada dos itens e serviços executados, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (prestação de serviços e/ou comercialização).

8.2.1.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

8.2.1.2. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – IN/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

8.2.2. Comprovação de regularidade fiscal/trabalhista através de certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

8.2.2.1. Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

8.2.2.2. Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

8.2.2.3. Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.2.4. Às Fazendas Estadual e/ou Municipal;

8.2.2.5. Aos Débitos Trabalhistas.

8.3. Deverá a Contratada, ainda, manter toda documentação acima relacionada atualizada e apresentar suas atualizações ao Fiscal do Contrato quando lhe for solicitado e/ou por ocasião da prorrogação contratual, se houver.

8.4. A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9. DOS PRAZOS, DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os serviços serão prestados a partir da entrega dos documentos listados no item 8.1, nos termos descritos no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas.

9.2. O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, ao término de cada **ETAPA (Etapas "A" a "F")**, conforme Apenso B – Cronograma Físico-Financeiro, acompanhado do respectivo documento fiscal.

9.3. Local de entrega/prestação do serviço: Coren-SP Educação, localizado na Rua Dona Veridiana, nº 298, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01238-010, CNPJ 44.413.680/0010-31.

9.4. O horário da prestação do serviço deverá ser das 9h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis e aos finais de semana ou fora do horário comercial para execução de atividades que interfiram no andamento dos trabalhos realizados no Coren-SP, devendo a contratada apresentar lista prévia das atividades a serem realizadas, informando o grau de complexidade, interferência necessárias e outras intercorrências, para apreciação do fiscal do contrato e indicação do horário apropriado e respectiva autorização.

9.5. Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços e substituição de materiais:

9.5.1. Em caso de objeto **prestado inadequadamente** ou entregue **fora das especificações do Edital e seus Anexos** ou, ainda, que não surtir os resultados pretendidos com a contratação, a Contratada deverá sanar os problemas em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação;

9.5.2. Caso algum objeto apresente **falha** ou **vício**, inclusive de fabricação, a Contratada deverá efetuar a substituição do item no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

9.5.3. Nessas situações, todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de serviços correrão por conta da Contratada.

9.5.4. A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.

9.6. Permanecendo irregularidades quanto à especificação, falha, vício, ou execução inadequada do objeto, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou ainda rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.7. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer sua mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

10. DOS PRAZOS PARA RECEBIMENTO

10.1. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido **por ETAPA (Conforme cronograma físico-financeiro disposto no Apenso B)**:

10.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega da nota fiscal e demais documentos, que deverá ocorrer até o sétimo dia útil após o término de cada ETAPA;

10.1.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, relatórios, regularidades fiscais e demais documentos de apresentação obrigatória);

10.1.3. Expirado o prazo supramencionado e não ocorrendo a conformidade, o documento fiscal



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

deverá ser cancelado, devendo ser reemitido apenas quando da regularização.

10.2. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o recebimento definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado **por ETAPA** no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

11.2. A Contratada receberá apenas pelo objeto efetivamente executado.

11.3. O Coren-SP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com a legislação tributária vigente e, ainda, se for constatado no ato da atestação, que o objeto entregue não correspondem às especificações do Edital e seus anexos.

11.3.1. Não ocorrendo o pagamento, a Contratada não terá o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

11.4. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

11.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

11.6. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN/RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais e das contidas no Edital e seus Anexos, a Contratante obrigará-se a:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.1.1.** Permitir o acesso dos colaboradores da Contratada às dependências do Coren-SP para realização dos serviços.
- 12.1.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- 12.1.3.** Exercer a fiscalização da execução do objeto por pessoas especialmente designadas.
- 12.1.4.** Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 12.1.5.** Solicitar a retificação/substituição dos serviços/itens prestados inadequadamente, que apresentarem defeitos ou problemas de funcionamento, ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Edital e em seus Anexos.
- 12.1.6.** Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.
- 12.1.7.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Instrumento Contratual e os termos de sua proposta.
- 12.1.8.** Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 12.1.9.** Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos entregues, prestados nos prazos e condições estabelecidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** Caberá à Contratada, a partir da assinatura deste Instrumento, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital e em seus Anexos:
 - 13.1.1.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP;
 - 13.1.2.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.
 - 13.1.3.** Ressarcir a Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a execução contratual, provocar danos ao patrimônio do Coren-SP por imperícia, imprudência e/ou má fé.
 - 13.1.4.** Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.
 - 13.1.5.** Manter, durante o período de contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 13.1.6.** Designar, por escrito, no ato da assinatura do Contrato, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.
 - 13.1.7.** Indicar supervisor para realizar periodicamente, em conjunto com a Contratante, a inspeção e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

o acompanhamento técnico das atividades;

13.1.8. Informar à Contratante, sempre que houver alteração, nome, endereço, telefone e e-mail do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

13.1.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBRs publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quando couber.

13.1.10. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbitos federal, estadual e municipal.

13.1.11. Possuir todos os registros que permitam a execução dos serviços descritos no objeto contratual e apresentar suas comprovações e atualizações, quando cabível.

13.1.12. Quando couber, comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

13.2. A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

13.2.1. Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta contratação.

13.2.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus colaboradores não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.

13.2.3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus colaboradores durante a execução do Contrato, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

13.2.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

13.2.5. Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes quando necessários à prestação dos serviços, inclusive na hipótese de haver necessidade de reposição ou substituição.

13.3. Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:

13.3.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, inclusive técnica e administrativamente, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.

13.3.2. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

13.3.3. Providenciar o transporte interno e externo, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais e ferramentas necessários à execução do objeto nos locais de indicados neste Instrumento.

13.3.4. Acondicionar devidamente os produtos/materiais/peças/equipamentos, de forma a não danificá-los durante as operações de transporte, carga, descarga e manuseio.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.3.5. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo equipe preparada para dar atendimento a eventuais necessidades de manutenção.

13.3.6. Executar os trabalhos de forma a proporcionar os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e a satisfação da Contratante, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos.

13.3.7. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos naturais e na redução da poluição ambiental, tais como, racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; entre outras.

13.3.8. Utilizar pessoal devidamente treinado e qualificado para a fiel execução contratual.

13.3.9. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução do objeto no regime desta contratação sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

13.3.10. Assegurar que todo colaborador da Contratada que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências do Coren-SP.

13.3.11. Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de trabalhador não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços.

13.3.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a execução do objeto.

13.3.13. Instruir seus colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.

13.3.14. Manter os colaboradores devidamente identificados durante a execução do objeto, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.

13.3.15. Manter seu pessoal portando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários.

13.3.16. Verificar previamente a disponibilidade, com o Fiscal do Contrato, caso a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP durante a execução do objeto.

13.3.17. Utilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica das instalações do Coren-SP.

13.3.18. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da administração.

13.3.19. Executar o objeto contratado com o sigilo necessário.

13.4. São expressamente vedadas à Contratada:

13.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

deste Contrato.

13.4.2. A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

13.4.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

13.5. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

14.1.1. Deixar de entregar documentação exigida;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Não mantiver a proposta;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.5. Falhar na execução do contrato;

14.1.6. Fraudar na execução do contrato;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.8. Fizer declaração falsa;

14.1.9. Cometer fraude fiscal.

14.2. Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.3. Poderão ser consideradas fraudulentas, na execução da contratação, as condutas (mas não limitando-se a essas):

14.3.1. Elevar arbitrariamente os preços;

14.3.2. Apresentar, como verdadeiro ou perfeito, laudo / relatório falsificado / prestar, como certo e perfeito, serviço fora das especificações acordadas;

14.3.3. Prestar um serviço por outro;

14.3.4. Alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.5. Tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

instrumento contratual.

14.4. Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 14.1.4 e 14.1.5, será aplicada multa nas seguintes condições:

14.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

14.4.1.1. A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;

14.4.2. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.4.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.4.4. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista nos casos de inexecução total.

14.5. Quando não for possível auferir o descumprimento contratual pelas alíneas anteriores, serão utilizados os quadros abaixo, nos quais: A Tabela 1 visa estabelecer parâmetros de aplicação de sanções e tipificando situações mais frequentes, enquanto a Tabela 2 delimita, relativamente aos valores contratados, a monta e os graus de infração.

TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
01	Não cumprir com os prazos estipulados, sem justificativa aceita pela Contratante	Por dia	2
02	Deixar de cumprir com os prazos de substituição e ou refazimento do objeto	Por ocorrência e por dia	3
03	Entregar os documentos pertinentes ao objeto, fora das especificações do edital	Por documento	2
04	Dificuldade ou até impossibilidade em contatar a Contratada através dos canais de comunicação por ela informados, causando prejuízo ou atraso na execução	Por ocorrência	1
05	Recusar-se a executar os serviços previstos no edital	Por ocorrência	5
06	Deixar de apresentar documentação complementar prevista para ser entregue antes do início das atividades	Por documento	2
07	Suspender ou interromper os serviços, sem justificativa aceita pela Administração, salvo por motivo de força maior, caso fortuito ou ordem de embargo dos órgãos competentes	Por ocorrência e por dia	4
08	Permitir que seus funcionários apresentem-se ao trabalho sem EPI's necessários	Por ocorrência e por dia	1
09	Deixar de providenciar Laudos e respectivas ART's	Por documento	5



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	5
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por ocorrência	3

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2% (dois por cento) sobre o valor total da etapa envolvida
02	3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre por dia sobre o valor total da etapa
03	5% (cinco por cento) sobre o valor total da etapa envolvida
04	6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da etapa envolvida
05	8% (oito por cento) sobre o valor total da etapa envolvida

14.6. Para as demais condutas e, em quaisquer casos descritos nas cláusulas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

14.7. O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

14.7.1. A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

14.7.2. Não sendo essa importância suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

14.7.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido, a Contratada será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

14.8. Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 e as demais sanções descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isolada ou cumulativamente com a pena de multa.

14.9. Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

14.10. As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14.10.1. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.

14.10.2. A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.10.3. Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da sanção ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

14.11. Das decisões de aplicação de sanção caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

14.11.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

14.12. Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. As Leis nº 8.666/1993, nº 8.078/1990 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

16. DO FORO

16.1. As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 28 de junho de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Fabiola de Campos Braga Mattozinho
Presidente

ETIAGUE JEREMIAS FERREIRA - EPP

Paulo Sergio Zambroni
Procurador

Preenchido por: CTSP



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

APENSO A – CRONOGRAMA DO OBJETO (PARA O ITEM 2)

Pregão Eletrônico nº 18/2017 – Processo Administrativo nº 2271/2016

ETAPA	FASE I - TOTAL DE 55 DIAS (em dias corridos)									FASE III - TOTAL DE 40 DIAS (em dias corridos)			
		5 (cinco) dias contados a partir da assinatura do Contrato	5 (cinco) dias contados a partir do recebimento dos estudos preliminares	5 (cinco) dias contados a partir da aprovação dos estudos preliminares	5 (cinco) dias contados a partir do recebimento dos relatórios de diagnóstico técnico	10 (dez) dias contados a partir da aprovação dos relatórios de diagnóstico técnico pelo Coren-SP	5 (cinco) dias contados a partir do recebimento dos anteprojetos	15 (quinze) dias contados a partir da aprovação dos anteprojetos pelo Coren-SP	5 (cinco) dias contados a partir do recebimento dos Projetos Executivos	De 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias a contar da aprovação dos Projetos Executivos	30 (trinta) dias contados a partir da contratação dos serviços de execução das obras (processo apartado)	5 (cinco) dias contados a partir da finalização das obras	5 (cinco) dias contados a partir da finalização da obra do SPDA
A	ESTUDO PRELIMINAR	A	Aprovação dos Estudos Preliminares pelo Coren-SP	Aprovação dos Estudos Preliminares pelo Coren-SP	Aprovação dos Relatórios de Diagnóstico Técnico pelo Coren-SP	Aprovação dos Relatórios de Diagnóstico Técnico pelo Coren-SP	Aprovação dos Anteprojetos pelo Coren-SP	Aprovação dos Anteprojetos pelo Coren-SP	Aprovação do Projeto Executivo pelo Coren-SP	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS	APROVAÇÃO DA OBRA	APROVAÇÃO DA OBRA
B	RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO TÉCNICO	B											
C	ANTEPROJETO	C											
D	ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO	D											
E	ASSESSORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA	E											
F	FORNECIMENTO DE LAUDO DE CONFORMIDADE	F											



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

APENSO B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Pregão Eletrônico nº 18/2017 – Processo Administrativo nº 2271/2016

ITEM 2 - COREN-SP EDUCAÇÃO			
FASE	ETAPA / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO (em dias corridos)	% DO TOTAL
I	A - ESTUDOS PRELIMINARES	5 (cinco) dias contados a partir da assinatura do Contrato	8,02%
	Aprovação dos estudos preliminares pelo Coren-SP (5 dias)		
	B - RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO TÉCNICO	5 (cinco) dias contados a partir da aprovação dos Estudo Preliminares	6,88%
	Aprovação dos relatórios de diagnóstico técnico pelo Coren-SP (5 dias)		
	C - ANTEPROJETOS	10 (dez) dias contados a partir da aprovação dos Relatórios de Diagnóstico Técnico pelo Coren-SP	13,16%
	Aprovação dos anteprojetos pelo Coren-SP (5 dias)		
	D - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS	15 (quinze) dias contados a partir da aprovação dos Anteprojetos pelo Coren-SP	27,34%
Aprovação dos projetos executivos pelo Coren-SP (5 dias)			
CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS – (90 a 180 dias)			
II	E - ASSESSORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS	30 (trinta) dias contados a partir da aprovação do Projeto Executivo pelo Coren-SP	35,76%
	Aprovação da obra pelo Coren-SP (5 dias)		
	F - FORNECIMENTOS DOS LAUDOS DE CONFORMIDADE	5 (cinco) dias contados a partir da finalização das obras do SPDA	8,84%
VALOR PERCENTUAL TOTAL			100,00%

OBS.: Os pagamentos serão realizados à Contratada após o término de cada Etapa (Etapas "A" a "F"), nos prazos estipulados no Contrato.